

Considerações éticas para decidir quando reabrir escolas ⁽ⁱ⁾

William J. Hawk, Frederick Spielberg e Everett Ressler ⁽ⁱⁱ⁾, 9 de setembro de 2020

(tradução do original em inglês: Amélia Russo de Sá)

A decisão de reabrir

O encerramento de escolas em todo o mundo como medida preventiva de saúde durante a pandemia do COVID-19, levou cerca de 1300 milhões de crianças do ensino fundamental e médio a permanecerem em casa entre março e maio de 2020. Muitos estados, comunidades e pais preocupam-se e angustiam-se sobre como e quando reabrir as escolas, alguns pedindo a sua reabertura imediata, enquanto outros apoiam o adiamento. Os responsáveis pela tomada de decisões, empurrados por questões difíceis e extremamente complexas relacionados com a saúde pública, a educação e pesadelos logísticos, rapidamente se atolaram em números, estatísticas e variáveis. Nós propomos uma estratégia modesta de raciocínio ético - colocar Oito Perguntas-Chave ⁽ⁱⁱⁱ⁾ - como uma forma de peneirar questões complicadas, focando nos valores morais subjacentes que estão em jogo.

A incerteza obscurece a decisão de reabrir escolas ou de mantê-las fechadas - Como é que as crianças vivenciam e espalham o coronavírus? Quais são os riscos, em termos de saúde, de ter alunos em salas de aula? Como devemos encarar os efeitos educacionais e psicossociais de manter as crianças fora da escola? Como pesamos as consequências socioeconômicas para as famílias, as comunidades e a sociedade do encerramento contínuo das escolas? O dilema da reabertura das escolas não pode ser adiado até que todas as incógnitas sejam resolvidas; para muitas comunidades, a decisão de reabrir escolas ou fornecer uma educação virtual será tomada no contexto de incertezas politicamente polarizadas.

Alguns sustentam que as escolas não devem ser abertas até que uma redução da ameaça de COVID19 seja garantida (por exemplo, eliminação do vírus, desenvolvimento de imunidade, descoberta de tratamento ou vacina, ou redução séria na taxa de transmissão). Outros argumentam que as escolas deveriam ser abertas, uma posição justificada pelas baixas taxas de morbidade e mortalidade do COVID-19 em crianças pequenas, e pelo facto de as consequências “invisíveis” da aprendizagem remota serem tão graves para tantos que as escolas deveriam ser reabertas no “melhor interesse” das crianças e das famílias. Outros ainda buscam soluções por meio de formas híbridas de escolaridade, com o objetivo de reduzir os riscos para a saúde e, ao mesmo tempo, fornecer algumas atividades de aprendizagem; muitas destas abordagens adaptadas são questionadas quanto à sua eficácia, viabilidade e custo. Todas estas propostas de ação oferecem alguns benefícios. ao mesmo tempo que apresentam riscos e consequências potencialmente graves para as crianças e as suas comunidades.

Quando se trata de decidir reabrir ou não as escolas durante uma pandemia global, não há respostas fáceis. Muitos fatores devem ser considerados - níveis de ameaça do vírus, fatores de risco por idade, diferenças geográficas, benefícios diretos e secundários, as necessidades das crianças, as capacidades das famílias, os desejos dos pais e as preocupações dos professores, para citar alguns. Mas fazer malabarismos com todas essas variáveis pode levar à incapacidade de julgar quais os fatores que mais pesam e, portanto, a uma paralisia na decisão.

Usando as Oito Perguntas-Chave

Incluir propositadamente uma ampla gama de fatores éticos pode melhorar a qualidade da tomada de decisão. Focar primeiro em importantes valores morais subjacentes pode, curiosamente, orientar as prioridades, na tomada de decisões, para considerações não morais. Como os humanos tendem a confiar em avaliações rápidas e na intuição, ao usarmos pressupostos acumulados de experiências

anteriores muitas vezes negligenciamos valores críticos que ficam ocultos em alguns "pontos cegos" morais. Explorar decisões de reabrir escolas, ou não, por meio de um processo de raciocínio ético estruturado pode ajudar a esclarecer preocupações que poderiam ficar perdidas e, assim, destacar o valor central de garantir o bem-estar não apenas para as crianças, mas de toda a comunidade.

A estratégia por nós sugerida para chegar a uma decisão governada por valores éticos comuns é submeter o dilema da abertura da escola ao teste das Oito Questões-Chave (8QC). As 8QC colocam à frente e ao centro os valores éticos compartilhados de justiça, resultados, responsabilidades, caráter da liderança, liberdade, empatia, autoridade e direitos. Colocar as perguntas abertamente (isto é, tentar reter premissas anteriores e reduzir preconceitos) expõe a complexidade dos problemas em questão. Colocar o dilema da abertura das escolas firmemente num contexto moral compartilhado, colocar as 8QC, também ajuda a identificar questões factuais relevantes e aumenta a confiança de que a decisão alcançada é baseada em informação relevante e que está alinhada com valores morais compartilhados. Perguntar e considerar exaustivamente as Oito Questões-Chave provoca um debate que se destina a chegar a uma compreensão mais ampla do problema ético em questão.

As oito perguntas-chave são as seguintes:

- Equidade: A decisão é justa, equitativa e equilibra todos os interesses?
- Resultados: Que ações permitem alcançar melhores resultados para todos? (a curto e a longo prazo)
- Responsabilidades: Que responsabilidades se aplicam (deveres ou obrigações)?
- Valores/Caráter: Que ações expressam um ideal pessoal ou corporativo?
- Liberdade: Que ações respeitam melhor a autonomia, a integridade, a dignidade e a escolha de todos os envolvidos?
- Empatia: As ações refletem empatia, preocupam-se com todas as partes?
- Autoridade: Que autoridade legítima deve ser levada em consideração?
- Direitos: Que direitos se aplicam (se os houver)?

É importante enfatizar que se recomenda colocar as Oito Perguntas-Chave para informar uma decisão, a toda e qualquer pessoa que se debata com a questão de reabrir ou não as escolas (por exemplo, pais, professores, administradores escolares e formuladores de políticas). Usar esta estrutura ética para explorar as questões que cercam o dilema não torna o processo de tomada de decisão mais fácil, mas pode melhorar a sua qualidade. Quando cada uma das oito considerações éticas é explicitamente considerada, isso garante que não sejam negligenciados valores éticos importantes.

Aplicação

A seguir são apresentadas algumas considerações que surgem ao fazer as Oito Perguntas-Chave quando confrontado com a decisão de abrir escolas:

1. Equidade - qual o curso de ação mais "justo", equitativo e que equilibra todos os interesses?
Que peso variável deve ser dado aos interesses das crianças, dos pais e famílias, dos professores e funcionários de apoio escolar e das comunidades? As perguntas de equidade devem reconhecer as disparidades existentes ou previstas - por exemplo, os riscos variáveis de saúde, a gama de necessidades das crianças, as capacidades das escolas, as diferentes circunstâncias das famílias e as diferenças nas comunidades e realidades económicas. A maioria concorda que as crianças são profundamente afetadas quando as escolas fecham e que a sua educação formal é interrompida. Portanto, é primordial considerar, explorar e identificar o que é "justo" para as crianças, que ações são do seu "melhor interesse". No entanto, a questão da justiça para com os outros também deve ser contemplada. Ao equilibrar esses interesses, há compensações inerentes - por exemplo, entre o risco da doença nas crianças versus as perdas por não irem à escola, ou entre a saúde e o bem-estar das crianças em idade escolar e dos funcionários da escola, ou suas famílias e comunidades.

Ao questionar-nos sobre a equidade, muitas vezes é importante pensar nos efeitos sobre os menos favorecidos antes de chegar a uma conclusão definitiva. Um curso de ação pode não ser considerado "justo" se apenas uma parte das crianças obtiver dele benefícios desproporcionados - por exemplo, o que aconteceria se as ações para utilizar aprendizagem remota ou aprendizagem híbrida beneficiassem crianças em famílias e comunidades com melhores recursos, mas colocassem em desvantagem crianças em famílias e escolas mais pobres? As ações corretivas beneficiam as crianças com nível educacional mais avançado? Muitas crianças que requerem apoio especial ficam sem a assistência necessária? Como devemos considerar a consequência potencial de um aumento da negligência para com as crianças, exploração do trabalho infantil, casamento precoce, recrutamento de crianças e abuso físico ou sexual? Fazer perguntas sobre justiça no dilema de reabertura de escolas exige que se preste atenção a uma ampla gama de fatores educacionais, de saúde, económicos, sociais, psicológicos, familiares e comunitários e exige inovação e criatividade para encontrar a resposta certa.

2. Resultados -Quais são as ações que alcançam melhores resultados para todos (a curto e longo prazo)? A justificação mais clara para a reabertura de instituições de ensino talvez esteja na melhoria do desempenho escolar das crianças. No entanto, os resultados não educacionais da reabertura de escolas incluem, por exemplo, a saúde pública, o bem-estar psicológico e social da comunidade e a vitalidade económica, para citar alguns. As consequências a curto e longo prazo para todas as partes interessadas (por exemplo, crianças, professores, funcionários da escola, famílias, a comunidade e até a sociedade como um todo) devem ser consideradas ao longo do processo de tomada de decisão.

Numa pandemia, devem ser antecipados e avaliados os resultados possíveis para manter as escolas fechadas ou para reabri-las. Deve-se considerar questões de resultado tais como: Qual é a probabilidade de aumentar as taxas de infeção, não apenas entre crianças em idade escolar e suas famílias, mas também entre professores, funcionários, suas famílias e, eventualmente, na sociedade em geral? A reabertura de escolas pode reduzir a incidência do abandono escolar e limitar as perspectivas de vida (já que mesmo fechamentos temporários tendem a colocar em risco trajetórias educacionais de algumas crianças), mas será que o aprendizado presencial, a instrução e a oportunidade perdidas podem ser "recuperados"? Como é que as autoridades do ensino escolar poderiam aumentar o acesso às contribuições sociais e psicológicas, bem como aos serviços auxiliares, que o ambiente escolar normalmente oferece (por exemplo, rotinas, interação social, refeições, água e saneamento, aconselhamento, acesso a adultos de confiança fora de casa, etc.)?

Os responsáveis pela tomada de decisões também podem colocar perguntas sobre os resultados, tais como: Manter as escolas fechadas contribui, de facto, para conter a propagação do vírus? Será que as crianças em ambientes urbanos superlotados e informais, que estão fora da escola, correm um risco maior de contrair o coronavírus ao vagarem por um ambiente insalubre com um mínimo ou nenhuma supervisão? Como grande parte da vida familiar e social, os arranjos de vida e de trabalho giram em torno da experiência escolar das crianças, a consideração dos resultados de curto e longo prazo também deve levar em conta as consequências para as famílias. Por exemplo, algumas famílias são capazes de apoiar funções de ensino e aumentar o cuidado diário com seus filhos, mas muitas famílias organizam as suas vidas e o trabalho com o pressuposto de as crianças estarem na escola. O facto de as crianças estarem fora da escola tem inúmeras consequências para as famílias, incluindo a interrupção dos meios de subsistência e o impacto nos relacionamentos. Fazer perguntas sobre vários resultados deve ser pensado não apenas em termos dos próximos 10 dias, mas também de 10 meses e até mesmo de 10 anos.

3. Responsabilidades - Que responsabilidades se aplicam (deveres ou obrigações)? Os deveres e as obrigações das pessoas implicadas e envolvidas nos esforços de fechamento e reabertura de escolas (pais, administração escolar, professores e funcionários e autoridades estaduais) devem ser

considerados. Com relação aos pais, devemos fazer perguntas como: Quais são os deveres e obrigações dos pais no que diz respeito à educação dos seus filhos durante uma pandemia? Se de facto é responsabilidade da sociedade garantir o desenvolvimento educacional e social das crianças, como é que a sociedade deve equilibrar essa obrigação com as responsabilidades dos pais de protegerem a saúde dos filhos e do resto da família enquanto o número de casos COVID-19 continua a aumentar? O responsável da tomada de decisões também deve fazer outras perguntas, tais como: Quais os deveres e obrigações da administração escolar para manter escolas abertas e uma educação funcional? Que deveres e / ou obrigações os professores e funcionários têm de permanecer no trabalho, apesar de um risco de saúde potencialmente fatal? Se a sociedade considera os funcionários da escola como "trabalhadores essenciais" e exige que eles compareçam ao trabalho durante uma pandemia, as administrações escolares têm a obrigação de tomar as medidas adequadas para garantir a segurança pessoal (como medidas de distanciamento social, compensação adicional e seguro de saúde)?

4. Valores/ Carácter - Que ações expressam um carácter ideal pessoal ou corporativo? Esta questão gira, em grande medida, em torno do valor atribuído à segurança e à educação. Somos o tipo de líderes que garante que a educação seja mantida mesmo na adversidade, que crianças e adultos no sistema educacional estejam seguros, e que todas as crianças têm igual acesso à educação? Pode não refletir o ideal que desejamos viver, por exemplo, se a decisão de fechar ou reabrir escolas for tomada sem consideração do impacto sobre as crianças e suas famílias, ou tomada de forma autocrática sem ampla consulta, ou decidida de maneiras que beneficiem alguns, mas não outras crianças. Devemos fazer perguntas como: O ideal da sociedade é que todas as crianças tenham igual acesso a uma educação de qualidade ou que todos os cidadãos estejam mais bem protegidos das doenças? De facto, pode haver uma consideração diferente entre a segurança das crianças e a saúde dos adultos. Devemos lembrar que as decisões que tomamos sinalizam para nós mesmos (e todos os outros) o tipo de pessoas e líderes que somos, bem como os ideais que defendemos.

5. Liberdade - Quais as ações que melhor respeitam a autonomia, a integridade, a dignidade e a escolha dos outros? Neste contexto, as considerações em torno da liberdade levantam a questão de saber se as diferenças de opinião entre os envolvidos são consideradas e tratadas - diferenças de opinião sobre se se deve ou não enviar as crianças para a escola onde a segurança é incerta, se se deve ou não ensinar ou trabalhar na escola se há uma chance de doença ou lesão, ou diferenças de opinião sobre reabrir ou manter as escolas fechadas, ou algum arranjo híbrido. Questionarmo-nos sobre a liberdade também pode indicar a necessidade de conduzir processos de tomada de decisão consultativos, de saber se os alunos, professores e famílias são consultados, se as suas vozes são ouvidas e se alternativas são consideradas. As considerações em torno da liberdade levam a perguntas como: Os líderes escolares devem consultar os mais afetados pela reabertura das escolas (alunos, professores e famílias)? A decisão de "escolaridade vs. segurança" deve recair sobre os ombros dos pais? As escolas precisam fornecer alternativas razoáveis? A aprendizagem remota ou híbrida priva as crianças da liberdade de prosperar num ambiente educacional de qualidade, criando um "novo normal" de educação em casa socialmente inferior? Os instrutores e funcionários merecem ser ouvidos na decisão de abertura da escola? As questões de liberdade exigem que respeitemos as vozes dos envolvidos no processo de reabertura da escola.

6. Empatia - As ações refletem empatia, cuidado com todas as partes? A questão da empatia invoca sensibilidade para com os afetados por manter as escolas fechadas ou reabri-las. Como podem os responsáveis pela tomada de decisão demonstrar preocupação e cuidado adequados com o bem-estar das crianças, pais, professores e a comunidade em geral, cada um com suas necessidades e experiências divergentes (por exemplo, um ambiente educacional normal, o fardo da educação em casa, o regresso ao trabalho, etc.)

Se as escolas forem mantidas fechadas, questões de empatia podem ser levantadas colocando algumas perguntas, tais como: a perda de contatos sociais para crianças abandonadas e sozinhas, preocupação com crianças com necessidades especiais, preocupação com as decepções dos jovens que perdem pontos de referência críticos, preocupação com os pais que podem ser forçados a deixar o trabalho para cuidar dos filhos em casa ou levar em consideração as demandas excepcionais que os vários arranjos educacionais híbridos impõem aos professores. Por outro lado, a empatia pela saúde daqueles que são colocados em risco pela reabertura - os idosos, os doentes, aqueles com doenças pré-existentes e professores na linha de frente da educação - deve vir à tona. Como é que nós, líderes escolares, realmente nos importamos com os envolvidos? Como é estar no lugar deles?

7. Autoridade – Que autoridade legítima deve ser levada em consideração na tomada de decisões? A dimensão da autoridade encoraja os que tomam decisões a buscar e equilibrar as visões e expectativas dos especialistas em relação à segurança e ao valor da reabertura de escolas. A decisão depende de uma discussão aberta e análise de questões como: A reabertura de escolas está de acordo com as leis, normas e diretrizes nacionais, internacionais e locais? Atrasar a reabertura de escolas viola leis, normas ou diretrizes? Que ações aconselham os especialistas em saúde pública, educação e questões psicossociais? Existem crenças e práticas religiosas profundamente arraigadas que serão afetadas pela decisão de abertura da escola?

8. Direitos – Que direitos, se houver, se aplicam? Os direitos mais óbvios a serem considerados neste processo de tomada de decisão são o direito à vida e à saúde, o direito à educação e outros direitos consagrados na legislação local e nacional, na Convenção sobre os Direitos da Criança (iv) e outros direitos aplicáveis códigos. Além disso, devem ser considerados o direito dos pais de tomar decisões sobre os melhores interesses de seus filhos, incluindo educação, proteção e segurança, e os direitos das crianças de uma idade razoável de participarem das decisões que os afetam. Os direitos dos funcionários da escola de receberem durante a pandemia garantias legítimas de segurança (ou pelo menos consentimento informado sobre os riscos) também devem ser considerados, assim como os direitos à saúde de parentes e vizinhos idosos. Antes de abordar o dilema de reabertura da escola, os líderes devem perguntar: quais são os direitos que estão implicados e em jogo no nosso contexto?

Conclusão dos Autores

Tomar decisões éticas implica que seja dada uma consideração aprofundada às opções, ações e benefícios e danos potenciais para si mesmo e para os outros. Depois de pesar os pontos importantes de discussão e de unir os fios, o responsável pela tomada de decisões quer ser capaz de dizer que sua decisão é a "certa" ou "a melhor ação possível a tomar". Para isso, é fundamental começar por colocar as perguntas éticas certas, situando, assim, a decisão num contexto moral. As Oito Perguntas-Chave aumentam a consciência dos valores morais compartilhados. O estabelecimento desses valores fornece um guia para analisar as questões de relevância durante uma época de aparente caos (por exemplo, considerando quando e como reabrir escolas à luz de uma pandemia global).

Os exemplos acima são apenas isso, exemplos. Da mesma forma, a conclusão que buscamos destacar não são as sugestões específicas que se seguem, mas sim a importância de enfrentar o dilema de reabertura da escola através de uma estratégia ética de questionamento, como as Oito Questões-Chave. Mais uma vez, defendemos que os responsáveis pela tomada de decisões devem usar a estratégia no seu próprio contexto para gerar decisões melhor informadas e ganhar confiança nas escolhas que fazem.

Neste dilema, sabemos que as sociedades em todos o mundo concordam com a importância da educação, para “o melhor interesse da criança”, para a família e para a sociedade. A interrupção da escolaridade devido à pandemia de COVID-19 e a decisão de quando e como a reiniciar cria um efeito

casca em todos os aspetos da sociedade. A atual pandemia de coronavírus constitui a pior emergência global de saúde em mais de um século, responsável por 22 milhões de casos e mais de três quartos de milhão de mortes em 192 países e territórios no momento da preparação deste artigo, e com as taxas de infeção a aumentar. Consequentemente, medidas extremas ou menos ortodoxas podem ser justificadas em alguns casos. Por esta razão, os que tomam decisões devem considerar os efeitos potenciais, sobre todos os envolvidos, do fechamento e da reabertura das escolas.

Tendo estas considerações em mente, a posição padrão deve ser a de que a reabertura das escolas seja no "melhor interesse da criança". No entanto, as considerações de saúde podem anular esta posição padrão, dependendo do grau de risco, segundo o contexto local. Considerações de justiça, empatia e caráter defendem uma consulta aberta a nível da comunidade para qualquer decisão sobre um dilema desta magnitude. As considerações em torno da liberdade podem sugerir a possibilidade de uma opção familiar pessoal no cumprimento das orientações; cada situação familiar é diferente, e cada um deve ter a opção de mandar os filhos de volta à escola ou não, a seu próprio critério, após uma análise de risco. A reabertura de escolas deve ser realizada de forma segura e consistente com a resposta geral de saúde COVID-19 de cada país, direcionada ao contexto local, e realizada com a devida consulta e todas as medidas razoáveis para proteger alunos, funcionários, professores e suas famílias.

Na melhor das hipóteses, o funcionamento eficaz das escolas apresenta desafios assustadores para os que tomam decisões. As crianças dependem das decisões informadas daqueles cuja responsabilidade é garantir que sejam cuidadas e preparadas para um futuro produtivo e significativo. A pandemia COVID-19 agrava os desafios ao injetar dilemas de vida ou morte em questões de currículo, ensino e bem-estar e desenvolvimento infantil. Como os sistemas escolares são diferentes, os recursos e ativos variam, e o COVID-19 está envolto em incertezas e imprevisibilidade, não há uma resposta certa para a questão da abertura ou fechamento de escolas em todos os lugares. O contexto é importante.

Não é de surpreender que os líderes escolares muitas vezes se sintam sobrecarregados, tentando lidar com tantas variáveis e contingências contraditórias. O COVID 19 cria riscos à saúde que podem ser melhor compreendidos como parte de dilemas morais mais amplos, nas escolas. Começar com uma investigação sobre questões morais - por exemplo, usando a estratégia 8QC - deve ajudar os líderes escolares a tomar as decisões mais bem informadas sobre o que fazer com as escolas e as crianças que lá aprendem.

(i) Os autores agradecem a Pilar Aguilar, Diretora de Direitos Humanos e Políticas Públicas da Fundação Henri Dunant; e a Hani Mansourian, Coordenador da Aliança para a Proteção de Crianças em Ação Humanitária, por suas valiosas e substanciais contribuições para este artigo.

(ii) William J. Hawk é Professor de Filosofia e preside a Cátedra de Raciocínio Ético em Ação, sede das Oito Questões-Chave da Estratégia de Raciocínio Ético, da Universidade James Madison, Harrisonburg, Virginia, EUA (Hawkwj@gmail.com). Frederick Spielberg é um consultor independente que trabalha na preparação para desastres e ação humanitária, baseado em Segny, Ain, França (fredspielberg@yahoo.com). Everett Ressler é Diretor Executivo da HDPI, Inc, uma rede global de especialistas humanitários e de desenvolvimento (everett.ressler@gmail.com).

(iii) As oito questões-chave para o raciocínio ético, desenvolvidas na Universidade James Madison, são uma estratégia para explorar considerações de tomada de decisão usando uma estrutura ética. Para conseguir uma descrição mais completa, consulte: www.jmu.edu/ethicalreasoning.

(iv) Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989, continua a ser o tratado mais amplamente ratificado de toda a história da humanidade.